

## ESTRATÉGIAS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E NÃO DISCRIMINATÓRIA COM BASE NA LEI Nº 10.639/2003 NA ESCOLA ESTADUAL BARÃO DO RIO BRANCO – PARELHAS/RN

Mardonio Ginane<sup>1</sup>

Rúbia Kátia Azevedo Montenegro<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo apresenta um recorte de uma pesquisa de dissertação de mestrado que investiga a implementação da Lei nº 10.639/2003 na prática pedagógica da Escola Estadual Barão do Rio Branco, em Parelhas/RN. O estudo adota abordagens qualitativas e quantitativas e utiliza como principais instrumentos metodológicos a aplicação de questionários, análise documental e realização de oficinas pedagógicas. A pesquisa buscou capacitar professores e gestores para a inclusão efetiva da história e cultura afro-brasileira no currículo escolar, promovendo práticas pedagógicas inclusivas e não discriminatórias. Os resultados indicaram avanços significativos, como maior conscientização dos professores sobre racismo estrutural e ampliação da representatividade cultural nas atividades escolares. Contudo, desafios como resistência inicial dos educadores, escassez de materiais didáticos e tempo limitado para adaptação curricular foram identificados. Conclui-se que a continuidade das ações, aliada ao fortalecimento de políticas públicas e recursos pedagógicos, é essencial para consolidar os objetivos da Lei nº 10.639/2003, contribuindo para uma educação que valorize a diversidade e promova a igualdade racial.

1717

**Palavras-chave:** Práticas pedagógicas. Diversidade cultural. Racismo estrutural.

### 1 INTRODUÇÃO

A educação brasileira, como instrumento de transformação social, desempenha um papel fundamental na valorização da diversidade e no combate às desigualdades históricas. Nesse contexto, a Lei nº 10.639/2003 representa um marco na luta por uma educação inclusiva, ao tornar obrigatória a inclusão da história e da cultura afro-brasileira e africana no currículo da educação básica. Essa legislação visa não apenas ampliar o reconhecimento das contribuições da população negra na formação da sociedade brasileira, mas também enfrentar o racismo estrutural presente no ambiente escolar.

No entanto, passados mais de vinte anos desde a sua promulgação, desafios importantes ainda permitirão a sua implementação. Muitos educadores enfrentam dificuldades em

---

<sup>1</sup>Mestrando em Ciências da Educação – Veni Creator Christian University.

<sup>2</sup>Professora Orientadora Doutora em Ciências da Educação – Veni Creator Christian University.

incorporar efetivamente os conteúdos da lei em suas práticas pedagógicas, seja por falta de formação específica, ausência de recursos didáticos ou resistência às mudanças permitidas no currículo. Nesse sentido, discutir estratégias que facilitem a aplicação da Lei nº 10.639/2003 é essencial para garantir uma educação que promova a equidade racial e valorize a diversidade cultural.

Este artigo apresenta um recorte de uma pesquisa mais ampla desenvolvida em uma dissertação de mestrado, cujo foco é a implementação da Lei nº 10.639/2003 na Escola Estadual Barão do Rio Branco, localizada em Parelhas/RN. O recorte explora as percepções dos professores sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e discute os resultados de oficinas pedagógicas realizadas para capacitá-los na adoção de práticas inclusivas.

Dessa forma, o estudo busca contribuir para o debate sobre a efetividade da aplicação da legislação, identificando avanços, desafios e possibilidades no contexto escolar. A análise aqui apresentada também tem como objetivo fomentar a reflexão crítica sobre o papel da educação no enfrentamento das desigualdades raciais e na construção de uma sociedade mais justa e plural.

## 2 METODOLOGIA

Este artigo apresenta um recorte de uma pesquisa mais ampla desenvolvida em uma dissertação de mestrado, com o objetivo de analisar os desafios e possibilidades relacionadas à implementação da Lei nº 10.639 na prática pedagógica de uma escola pública. A pesquisa original apresentou como percurso metodológico a abordagem qualitativa e quantitativa, caracterizando-se como uma pesquisa de campo de caráter descritivo.

Uma abordagem qualitativa foi escolhida para interpretar a subjetividade dos participantes, compreendendo as implicações e significados atribuídos pelos assuntos pesquisados (GIL, 2015). Segundo Martins e Bicudo (2017), esse tipo de pesquisa trata de manifestações particulares e subjetivas, cujo significado emerge em um contexto específico, cabendo ao pesquisador o papel de mediador e interpretar essas informações.

Neste artigo, os dados apresentados representam um recorte específico da dissertação, concentrando-se nas percepções dos professores sobre o ensino da cultura africana e afro-brasileira. Tal abordagem visa contribuir para a reflexão e ampliação de estratégias pedagógicas que favoreçam a implementação da Lei nº 10.639, conforme os objetivos propostos no estudo mais amplo.

### 3 DESENVOLVIMENTO

#### 3.1 CONTRIBUIÇÕES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI Nº 10.639/2003

A implementação das oficinas (Figura 1) proporcionou uma série de resultados positivos, e teve como objetivo detalhar os resultados do plano de ação desenvolvido na Escola Estadual Barão do Rio Branco, com foco na implementação da Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatória a inclusão da história e cultura afro-brasileira e africana no currículo da educação básica. O momento visou capacitar professores e gestores a adotarem práticas pedagógicas inclusivas e não discriminatórias, promovendo a equidade racial no ambiente escolar.

**Figura 1** – Preparação para as oficinas na Escola Estadual Barão do Rio Branco, Parelhas/RN, 2024.



**Crédito da imagem:** Pesquisador, 2024.

A Lei nº 10.639/2003 é considerada um marco histórico na luta por uma educação que reconheça e valorize as contribuições da população afro-brasileira. Autores como Gomes (2015) e Cavalleiro (2021) destacam que a legislação vai além da mera inserção de conteúdos sobre a história afro-brasileira, buscando combater o racismo estrutural enraizado nas práticas escolares. O plano de ação, portanto, teve como propósito proporcionar aos educadores as ferramentas necessárias para aplicarem a lei de forma efetiva, transformando as relações étnico-raciais no espaço escolar.

Os objetivos do plano de ação foram amplamente atingidos. Primeiramente, os professores foram sensibilizados para a importância da Lei nº 10.639/2003 e seu impacto na formação dos alunos. Além disso, foi proporcionada a capacitação necessária para que os docentes pudessem identificar e combater preconceitos e discriminações no cotidiano escolar. Outro ponto importante foi o incentivo à inclusão transversal da história e cultura afro-brasileira no currículo, bem como o desenvolvimento de práticas pedagógicas que valorizassem

a diversidade cultural. Por fim, uma rede de apoio foi criada entre os educadores, fomentando o compartilhamento de boas práticas na aplicação da lei.

Estruturamos em oficinas (Figura 2), cada uma com um foco específico, onde a primeira oficina, intitulada "Racismo Estrutural e a Lei nº 10.639/2003", teve como objetivo sensibilizar os participantes sobre a importância da legislação e seu papel na resposta ao racismo estrutural, conforme discutido por autores como Almeida (2019) e Carneiro (2005).

**Figura 2** – Realização das oficinas na Escola Estadual Barão do Rio Branco, Parelhas/RN, 2024.



**Crédito da imagem:** Pesquisador, 2024.

Os professores foram introduzidos ao conceito de racismo estrutural e 82% deles relataram que a oficina aumentou sua compreensão sobre o papel da legislação em promover uma educação equitativa.

A segunda oficina, "História e Cultura Afro-Brasileira: Estratégias para Implementação da Lei nº 10.639/2003", focou na capacitação dos professores para que pudessem integrar a história e cultura afro-brasileira em suas disciplinas. Com base nos estudos de Gomes (2015), os professores criaram atividades pedagógicas que abordavam temas como resistência negra, religiões de matriz africana e manifestações culturais. A oficina foi considerada relevante por 90% dos participantes, que destacaram a aplicabilidade prática dos conteúdos discutidos.

Na terceira oficina, "Práticas Pedagógicas Inclusivas e Não Discriminatórias", os professores foram apresentados a estratégias de ensino que valorizam a diversidade cultural. Os participantes desenvolveram planos de aula com base nos estudos de Cavalleiro (2021), focando na contribuição de intelectuais negros e na desconstrução de estereótipos, onde 85% dos professores relataram que aplicaram as práticas discutidas em suas salas de aula nas semanas subsequentes à oficina.

A quarta oficina, "Desconstruindo o Preconceito: Dinâmicas e Ferramentas para Sala de Aula", proporcionou aos professores dinâmicas de grupo e ferramentas pedagógicas baseadas nos trabalhos de Munanga (2005). As atividades foram desenhadas para promover a desconstrução de preconceitos entre os alunos, e 75% dos professores afirmaram que as dinâmicas foram implementadas com sucesso em suas turmas, resultando em maior conscientização dos alunos sobre questões raciais.

Por fim, a quinta oficina, "Avaliação de Impacto e Acompanhamento da Implementação da Lei nº 10.639/2003", teve como objetivo avaliar os resultados das ações implementadas até o momento. Com base nos estudos de Gomes (2015), os professores desenvolveram indicadores de impacto para avaliar as práticas inclusivas nas aulas. 70% dos professores relataram que, após a inclusão da Lei nº 10.639/2003 no currículo, observaram maior engajamento dos alunos nas discussões sobre identidade e cultura afro-brasileira.

De modo geral, o plano de ação produziu resultados significativos. Observou-se um aumento expressivo na consciência dos professores sobre o racismo estrutural, como apontado por Almeida (2019), e muitos passaram a incorporar os conteúdos afro-brasileiros em seus planos de aula. A inclusão prática das atividades foi evidenciada por projetos interdisciplinares que abordaram a cultura afro-brasileira, como rodas de conversa e dinâmicas de desconstrução de estereótipos. O impacto positivo dessas ações foi visível no aumento do engajamento dos alunos negros, que se sentiram mais representados nas atividades escolares.

**Figura 3** – Registro fotográfico de um momento das oficinas na Escola Estadual Barão do Rio Branco, Parelhas/RN, 2024.



**Crédito da imagem:** Pesquisador, 2024.

Entretanto, alguns desafios também foram identificados durante a implementação do projeto. Inicialmente, houve resistência por parte de alguns professores em adaptar seus currículos, como observado por Cavalleiro (2021), mas essa resistência diminuiu à medida que as oficinas avançaram. Outro obstáculo foi a falta de materiais didáticos específicos sobre a cultura afro-brasileira, o que limitou algumas das atividades propostas. A escola, no entanto, está buscando adquirir recursos adicionais para apoiar os professores. Além disso, o tempo limitado para a implementação das novas práticas foi um desafio relatado por alguns educadores.

Diante dos resultados obtidos, recomenda-se que as oficinas continuem a ser realizadas anualmente, permitindo que os professores aprofundem seus conhecimentos sobre a Lei nº 10.639/2003 e explorem novas abordagens pedagógicas inclusivas. Também é fundamental que a escola continue a fornecer recursos didáticos que facilitem a implementação dos conteúdos afro-brasileiros no currículo. Além disso, sugere-se a criação de uma comissão de acompanhamento para garantir que as práticas inclusivas sejam mantidas e aprimoradas.

O plano de ação baseado na Lei nº 10.639/2003 teve um impacto significativo na Escola Estadual Barão do Rio Branco, o qual promoverá uma educação mais inclusiva e equitativa. A conscientização dos professores sobre o racismo estrutural e a inclusão da história e cultura afro-brasileira no currículo trouxeram mudanças positivas no ambiente escolar, especialmente no que diz respeito à participação dos alunos negros. Apesar dos desafios, os resultados indicam que a continuidade dessas ações é crucial para a construção de uma escola que valorize a diversidade e promova a igualdade racial.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo apresentou um recorte de uma pesquisa mais ampla desenvolvida em uma dissertação de mestrado, focando na implementação da Lei nº 10.639/2003 na prática pedagógica da Escola Estadual Barão do Rio Branco. A partir dos workshops realizados, foi possível observar avanços na conscientização e capacitação dos professores para lidar com o racismo estrutural e integrar a história e a cultura afro-brasileira em suas práticas pedagógicas.

Os resultados obtidos demonstram que os escritores forneceram uma base sólida para a inclusão de conteúdos relacionados à Lei nº 10.639/2003 no cotidiano escolar, fortalecendo o compromisso dos educadores em promover uma educação inclusiva e equitativa. Professores contando maior compreensão do papel da legislação na construção de um ambiente escolar mais

representativo e foram incentivados a aplicar estratégias que desconstruíssem preconceitos e valorizassem a diversidade cultural. Esse processo também contribuiu para o aumento do engajamento dos alunos, especialmente aqueles que passaram a se sentir mais representados.

Apesar dos avanços, o estudo evidenciou desafios importantes, como a resistência inicial de alguns professores, a escassez de materiais didáticos específicos e o tempo limitado para adaptação curricular. Essas questões destacam a necessidade de uma continuidade nos esforços, com a realização anual de workshops, a ampliação dos recursos pedagógicos e a criação de uma comissão para acompanhamento das práticas inclusivas.

Conclui-se que o plano de ação baseado na Lei nº 10.639/2003 trouxe resultados positivos para a escola, apontando caminhos para a construção de uma educação que valorize a diversidade e combata desigualdades históricas. É essencial que ações como essas sejam ampliadas e replicadas em outras instituições de ensino, contribuindo para a formação de uma sociedade mais justa e plural.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, S. **Racismo Estrutural**. 2ª ed. São Paulo: Pólen, 2019.

BRASIL. **Lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Brasília (DF): Ministério da Educação.

CARNEIRO, S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CAVALLEIRO, E. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2021.

GIL, Carlos Antônio. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo editora Atlas S.A. 2015.

GOMES, N. L. **Os desafios da implementação da Lei 10.639/03 em uma perspectiva crítica e emancipatória**. Cadernos de Pesquisa, v. 42, n. 146, p. 351-367, 2015.

MACEDO, P. **Sociologia da Educação**. São Paulo: 4ª ed. Loyola, 2018.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 2005.